

# O MUNDO COMENTA

## Nos EUA, menos boa vontade dos banqueiros?

Embora funcionários do governo norte-americano tenham afirmado, em caráter particular, que a suspensão, pelo Brasil, do pagamento do principal e dos juros de sua dívida com os 14 países ocidentais integrantes do Clube de Paris faz parte do processo normal de renegociação da dívida através daquela organização, os meios financeiros dos EUA receberam a notícia com preocupação.

Nem mesmo a garantia, dada pelo ministro Delfim Neto, de que a medida não se refere aos bancos comerciais, serviu para tranquilizar os banqueiros de Nova York, que temem a extensão desse procedimento também às instituições financeiras privadas.

Os banqueiros criticam o governo brasileiro por ter decidido divulgar a decisão de recorrer ao Clube de Paris — e suspender seus pagamentos — pouco depois de o banco estatal dos EUA, o Eximbank, ter sugerido um aumento de 1,5 bilhão de dólares nos créditos para exportação para o Brasil, precisamente para restabelecer a confiança por parte dos bancos comerciais, que haviam reduzido significativamente seus empréstimos para países latino-americanos.

— O ministro Delfim Neto sustenta que se trata de um procedimento normal — disse George Lancaster, funcionário de um grande banco nova-iorquino, responsável pelo setor sul-americano —, mas o fato é que faltam evidentemente os fundos para devolver dois bilhões de dólares. Se essa situação continuar por mais alguns meses, inclusive os bancos comerciais receberão uma comunicação similar. Isto não nos anima a rever nossa política creditícia em relação ao Brasil, como pretende o Eximbank.

Dos dois bilhões de dólares — entre capital e juros — que estão sendo renegociados pelo Brasil com as nações integrantes do Clube de Paris, 500 milhões vencem já em 1983. Os restantes 1,5 bilhão deveriam ser pagos durante o decorrer do próximo ano. O total da dívida

brasileira para com os bancos centrais desses países é calculado em oito bilhões de dólares.

O Tesouro norte-americano não quis comentar a decisão brasileira, mas funcionários do governo disseram que a suspensão dos pagamentos é normal nos processos de renegociação e acrescentaram que o Clube de Paris deve reunir-se em meados de dezembro. Por isso, lembraram, a suspensão unilateral dos pagamentos não será muito prolongada.

Outras fontes lembraram que o Clube de Paris não decidirá nada sobre o pedido brasileiro antes da aprovação, pelo FMI, do acordo acertado entre as autoridades econômicas e a missão técnica do Fundo, dias atrás. Elas estimam que o diretor da instituição, Jacques de Larosière, não apresentará o acordo brasileiro ao board antes do próximo mês de outubro.

## Thatcher recomenda mais dureza com o Brasil

A Inglaterra espera que o Brasil cumpra o seu dever — ou seja, que o Congresso aprove o decreto-lei que revoga a indexação aos salários, atendendo assim à exigência do Fundo Monetário Internacional. Esta é — curta e grossa — a orientação da senhora Margaret Thatcher, transmitida pelo presidente do Banco da Inglaterra, Robert Leigh-Pemberton, aos quatro grandes bancos (Lloyds, Barclay's, National Westminster e Midlands), que esperam agora inquietos pelo que vai ocorrer em Brasília.

A inquietação na City é visível, muito embora o grande centro financeiro já tenha passado por situações muito piores. Na manhã de ontem — terça-feira — já corria o rumor insistente de que o Brasil declarara a moratória temporária, em comunicado oficial.

O grande motivo para a City ficar inquieta é a absoluta necessidade de dar-se uma solução ao problema das dívidas externas. Dizia, ontem, um analista de banco internacional que, volta e meia, o mercado é sacudido por uma grande dívida — a da Polônia, a do México, a do Brasil, isto para não se mencio-

nar os pacotes de emergência para a Turquia e a Romênia, além da recente crise do empréstimo argentino.

Para Margareth Thatcher o quadro é muito simples. Para conter a inflação, o FMI e o governo brasileiro querem conter os aumentos de salários, apesar das ameaças dos sindicatos brasileiros e de uma oposição populista, esquerdista ou trabalhista.

Por outro lado, a primeira-ministra mantém-se fiel à sua ideologia: a City deve manter-se firme, dar apoio integral ao FMI e colocar-se em posição dura logo de início, uma vez que vai haver negociações, no futuro, não só sobre a dívida do Brasil como sobre outras.

A senhora Thatcher foi acusada, recentemente, de utilizar o Fundo Monetário como um peão no jogo de xadrez político entre a Grã-Bretanha e a Argentina, 14 meses depois do fim da guerra das Malvinas, pelo semanário *The Economist*, que é conservador, e pelo diário *The Guardian*, de tendência trabalhista.

Ela exigiu a reunião do FMI para o Banco da Inglaterra autorizar a liberação do empréstimo de US\$ 300 milhões, como advertência política à Argentina para que não provocasse incidentes na zona de exclusão das Falklands.

## Os franceses pedem mais firmeza ao FMI

A decisão do Brasil de suspender o pagamento dos juros de sua dívida externa aos países credores do Clube de Paris foi recebida sem surpresa nos círculos bancários franceses. Essa suspensão, destacam alguns observadores, seguiu-se à solicitação do Brasil de reescalonar oficialmente a dívida avalizada pelos governos dos grandes países industrializados e cujos vencimentos, de hoje até fins de 1984, representam um montante de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão.

Em relação à dívida comercial, a eventualidade sugerida por Brasília de retardar o pagamento dos juros já é uma realidade, segundo informou uma fonte bancária francesa. De acordo com a mesma fonte, o Brasil paga atualmente seus

juros aos bancos comerciais com uma média de 50 dias de atraso. A decisão do governo brasileiro reavivou a preocupação dos bancos ocidentais, que estariam querendo que o Fundo Monetário Internacional (FMI) adotasse frente ao Brasil uma posição firme.

As instituições financeiras consideram que é necessário submeter o Brasil a condições econômicas "suficientemente opressoras" para proceder a um reescalonamento da dívida externa, superior a US\$ 90 bilhões. A "luz verde" do FMI deveria então permitir ao Brasil, asfixiado financeiramente, refinanciar seu US\$ 1,5 bilhão de dívida com o Clube de Paris e concluir um novo pacote financeiro com os bancos comerciais internacionais.

## Um voto de confiança do governo alemão

A decisão do Brasil — de congelar "momentaneamente" os pagamentos já vencidos — contraria, de certa forma, os próprios interesses brasileiros, já que o País depende também de concessão de novos créditos. Essa opinião foi manifestada ontem, nos meios financeiros, alemães, ao mesmo tempo em que o ministro da Fazenda da Alemanha Ocidental, Gerhard Stoltenberg, comentava que o Brasil está certo ao querer renegociar sua dívida com os bancos ocidentais, por causa de suas "agudas" dificuldades econômicas.

A suspensão do pagamento de uma dívida de dois bilhões de dólares mais os juros, anunciada anteriormente pelo ministro brasileiro da Fazenda, Ernane Galvêas, foi uma das várias medidas adotadas pelo Brasil para evitar uma violenta reação nos mercados financeiros internacionais. E essa quantia é apenas uma parte da dívida externa brasileira, de 90 bilhões de dólares. Depois de considerar "correta" a decisão do governo brasileiro, Stoltenberg acrescentou que o reescalonamento da dívida é necessário por que os países credores terão dificuldades para exportar bens ao Brasil, se não receberem nenhum pagamento.

dívida externa